

Todos esses cursos despertaram o maior interesse e foram frequentados, não apenas por alunos, mas por professores e técnicos do Ministério. Aqueles professores realizaram, ainda, conferências de suas especialidades na sala de projeções do Ministério.

Em linhas gerais, aí, as atividades e diretrizes que orientam os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

Estamos convencidos de que, para levar avante a honrosa, tarefa com que nos distinguiu a con-

fiança do Governo, é indispensável continuarmos a manter colaboração, cada vez mais estreita, entre professores e alunos, diretores e chefes de serviço, funcionários e colegas.

Se uma política nos é permitido seguir na direção dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, é a de colaborar com a alta administração do País, tão nobremente representada pelo ministro Apolonio Salles, servindo à coletividade, como soldados que também somos, daqueles que, nas palavras do Presidente Getulio Vargas, "...trabalham cheios de fé, sem duvidar um só momento do destino imortal da Pátria Brasileira".

O Ministro Apolonio Salles e os Cursos de Especialização

Brilhante artigo do titular da Agricultura inserto na
"A Manhã" desta Capital

O Dr. Apolonio Salles, Ministro da Agricultura, cuja autoridade não flue, apenas, do alto posto que ocupa na administração federal mas, ainda do fato de ser, além de eminente técnico, um intelectual na mais pura afirmação do vocábulo, escreveu para o brilhante diário desta capital, "A Manhã", a propósito dos Cursos de Aperfeiçoamento, o artigo que a seguir, data venia, transcrevemos:

Realizou-se há poucos dias, no Ministério da Agricultura, a solenidade da inauguração dos cursos de aperfeiçoamento e especialização instituídos pelo decreto-lei n. 1.514, de 16 de agosto de 1939 e reorganizados pelo decreto-lei n. 4.083, de 4 de fevereiro de 1942.

A esta solenidade compareceram técnicos do Ministério, estudantes, professores, pessoas especialmente convidadas e autoridades, de modo que de uma simples aula inaugural se passou a ter a impressão de um grande sucesso nas rodas administrativas do Ministério da Agricultura. Os motivos de tamanha afluência e de tanto entusiasmo que reinou durante esse primeiro contacto dos professores do Curso de Especialização e seus alunos, neste ano de 1942, pode-se encontrar facilmente nos resultados já obtidos com o que se fez nos dois anos anteriores. Do relatório-preleção feito pelo diretor dos cursos, Dr. Alcides Franco, pode todo o

mundo avaliar o que se tinha conseguido em tão curta vida destes cursos. Número avultado de profissionais renovaram seus conhecimentos e os aperfeiçoaram. Número não pequeno de pessoas que desejavam ampliar seus conhecimentos de técnicos não diplomados também deram o seu concurso na obra comum de dotar-se o Brasil de gente especializada.

Hoje, o Ministério da Agricultura pode orgulhar-se de possuir uma rede de ensino que abrange desde os conhecimentos primários da agricultura até os cursos superiores e, agora, os cursos de especialização. Como muito bem disse uma das pessoas que estavam presentes à festa do dia 1.º de julho, o Ministério da Agricultura está, neste ano de 1942, promovendo cursos especiais de disciplinas em número superior ao de muitas escolas que se mantêm no Brasil com respeitosa tradição de tempo e de possibilidades.

Não é um luxo a que o Ministério se está dando agora. A criação do Curso de Especialização foi um imperativo das necessidades administrativas do Ministério técnico. Viu muito bem isso o presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, Dr. Luís Simões Lopes, e tanto se compenetrado disso que não somente facilitou todos os meios para que ao Ministério não faltassem recursos para o curso que hoje já é vitorioso, como também, de sua parte, lhe deu orien-

tação, sugerindo medidas que foram adotadas pelos meus antecessores.

Bem sinto eu e bem sentem todos os que teem responsabilidade na alta administração do país como são necessários os homens para os lugares. Outrora, procuravam-se os lugares para os homens. Hoje, nós a custo temos, às vezes, homens para os muitos lugares que o acelerado da produção vem exigindo para as iniciativas económicas do Governo.

Acredito que, alguns anos mais, o Ministério, tendo renovado em todos os seus quadros o amor

pela especialização e tendo aumentado o entusiasmo dos que se dedicarem à tarefa do próprio aperfeiçoamento, irá tirar resultados que somente se poderão marcar pelas maiores vitórias no domínio das conquistas necessárias à grandeza de nossa economia.

O aperfeiçoamento dos quadros técnicos do Ministério da Agricultura é um corolário do que o D. A. S. P. vem fazendo como programa indispensável de todas as reformas da administração a que se dedicou. E muito já se vem lucrando em seguir estas diretrizes.

Coordenação dos serviços de publicações oficiais

Vai ser designada com esse objetivo uma Comissão composta de representantes do D. A. S. P., do Ministério das Relações Exteriores, da Imprensa Nacional e da Biblioteca Nacional — A exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Governo

O Chefe do Governo aprovou, em data de 2 de junho último, a seguinte exposição de motivos do D. A. S. P.:

— Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência a estudo deste Departamento a presente proposta do Ministério das Relações Exteriores para que seja designada uma comissão afim de

“estudar a coordenação geral dos serviços de publicações oficiais, custeadas pelas repartições federais”,

tendo em vista os diferentes aspectos do problema e a remodelação há pouco efetuada na Imprensa Nacional.

2. Desde 1889 que, por força de convenções e acordos, vem a Biblioteca Nacional, permutando com outros países do mundo, os impressos editados por órgãos da Administração.

3. Sob o título genérico de “publicações oficiais” também se compreendem as edições feitas por Estados e Municípios, frequentemente solicitadas à Biblioteca Nacional que, todavia, nem sempre dispõe dos exemplares necessários à respectiva remessa.

4. O grande desenvolvimento das atividades administrativas do Estado tem compelido a um aumento constante no volume de suas publicações que, feitas sem nenhuma norma coordenadora ou fiscal, não raro se apresentam em pluralidades desnecessárias e dispendiosas.

5. Em se tratando de documentos oficiais, destinados, em parte, à remessa para o estrangeiro, muito conviria fossem padronizados, não só na forma exclusivamente material, como também na disposição do assunto.

6. Essa padronização traria ainda vantagens de ordem econômica, não desprezíveis no momento atual, facilitando, por outro lado, as próprias pesquisas no trato administrativo.

7. Satisfaz, portanto, a uma necessidade, a atual proposta do Ministério das Relações Exteriores. Contudo, a Comissão a ser constituída, mesmo para maior eficiência e rapidez de trabalho, não deveria ter a extensão proposta: um representante de cada Ministério, um da Imprensa Nacional, um do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e um do Departamento Administrativo do Serviço Público.

8. Parece mais conveniente constituí-la de um representante deste Departamento, um da Bi-